

A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO RECIFE PRÉ-SUDENE – ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

Mário Lisboa Theodoro
Pesquisador do IPEA

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva enfocar, de forma sucinta, as condições históricas que permearam a urbanização e, por conseguinte, a estruturação do mercado de trabalho do Recife.

Duas observações, entretanto, se fazem pertinentes.

A primeira delas diz respeito ao caráter central assumido pelo Recife dentro do contexto econômico e social do Nordeste. Nesse sentido, os condicionantes históricos da urbanização da cidade espelham, necessariamente, a formação econômica da Região, a qual, no presente trabalho, deverá também ser objeto de considerações.

Em segundo lugar, deve-se chamar a atenção para o período histórico coberto, que compreende desde os primórdios de seu nascimento (século XVI), até a década de 1950. Dessa forma, não se constitui objeto de análise do presente trabalho o chamado período "pós-SUDENE" (a partir de 1960), o qual tem merecido atenção de importantes estudos sobre o assunto.¹

2. ORIGENS

A cidade do Recife, uma das mais antigas áreas urbanas do país, sempre teve como características o fato de ser o centro nevrálgico da estrutura econômica do Nordeste Oriental.

Nasceu das instalações portuárias construídas pelos portugueses, no século XVI, para o escoamento da produção regional de açúcar, localizando-se imediatamente ao sul de Olinda, capital da Capitania de Pernambuco à época. Com o crescimento do comércio açucareiro, principalmente no perío-

do do domínio holandês (séc. XVII), o até então pequeno vilarejo passou a sediar o exercício de importantes tarefas administrativas ligadas não só às funções portuárias, como também à gestão política da Região.

Data da época da invasão holandesa em Pernambuco, um fato histórico marcante para o Recife. Em 1631, os holandeses evacuaram a população da antiga capital da capitania, Olinda, incendiando-a posteriormente. Todo esse contingente populacional foi instalado no Recife, o que se traduziu na transferência de todo o rol de atividades econômico-político-administrativas anteriormente processadas em Olinda.

Segundo SINGER (1982), o Recife, "(...) a partir desse momento se torna o centro de todo o Nordeste açucareiro" (p. 272).

Coube também aos holandeses a tarefa de promover a urbanização da cidade, a fim de capacitá-la da infra-estrutura mínima requerida para seu funcionamento enquanto capital da região açucareira. Segundo MELO (1978), "(...) para a ocupação urbana no espaço insular (área adjacente ao porto) (...) foi elaborado pelo primeiro urbanista que trabalhou no Brasil (...), segundo os fatos históricos, o primeiro plano urbanístico traçado para uma cidade brasileira" (p. 54). Desse plano consistiam obras de construção de pontes sobre os rios Capibaribe e Beberibe, aterro de algumas áreas, construção de diques, entre outras.

Era a época da prosperidade da economia açucareira do Nordeste e o Recife representava, já então, o "funil" por onde passava o grosso da produção dos engenhos nordestinos. Assim, paralelamente à prestação de serviços ligados à própria atividade de escoamento da produção, desenvolveu-se na cidade o comércio e a prestação de serviços demandados pelo crescimento urbano em curso na área.

O fato de ter sido concebido com uma finalidade específica – a função portuária, fundamental para a economia da Região – conferiu ao Recife o papel mais importante dentro do contexto urbano do Nordeste Oriental.

Nesse sentido, cumpre ressaltar o caráter determinante do mercado internacional sobre a própria composição da rede urbana local. A produção açucareira, a infra-estrutura de escoamento dessa produção (da qual se destaca o desempenho do Recife), a relação de troca, os monopólios coloniais, enfim, toda a estruturação da economia regional estabelecia-se de acordo com o padrão de acumulação do capital comercial da metrópole européia. Isso significa, inicialmente, que a própria existência da cidade, enquanto um dos principais "elos de ligação" do fluxo comercial colônia-metrópole, respaldava-se na exploração comercial mercantilista. Como grande ponto de escoamento, o Recife garantia o controle e o monopólio da metrópole sobre a produção canavieira, com isso também garantindo as altíssimas margens de lucro da Coroa². Em suma, no Recife encerravam-se as condições materiais básicas para a manutenção da exploração comercial na Região. Do cumprimento desse papel dependia o maior ou menor crescimento da cidade, haja vista que, quanto maior o fluxo comercial, maior a renda absorvida internamente.

Dessa forma, o Recife nasceu e consolidou-se como metrópole regional, atrelada umbilicalmente ao capital comercial europeu. Essa característica foi fortalecida com a dominação flamenga, dado seu caráter marcadamente comercial. Conforme nos mostra SINGER (1982):

"(...) os holandeses não procuravam intervir na cultura da cana nem no fabrico do açúcar. Interessava-lhes apenas assegurar o seu comércio. Daí o caráter nitidamente urbano da colonização holandesa, da qual se beneficiou Recife, em contraste com o predomínio agrário da colonização portuguesa, cuja ênfase se colocava na ocupação da terra e sua exploração" (p. 274).

Com a expulsão dos holandeses, a coroa portuguesa recuperava o domínio sobre toda a área canavieira nordestina. Novamente Olinda voltava a ser a capital da capitania, abrigando a aristocracia rural regional. Com o grande crescimento urbano alcançado, o Recife especializou-se ainda mais no comércio. Nesse período, a produção açucareira do Nordeste entra em crise devido a concorrência antilhana, patrocinada pelos holandeses após sua expulsão do Brasil. Tal produção, dada a sua proximidade com o mercado europeu, e a maior produtividade alcançada no cultivo da cana, em pouco tempo logrou a quebra do monopólio da produção açucareira do Nordeste, relegando a Região a uma situação de estagnação sem precedentes.

Internamente, a queda do preço do açúcar no mercado internacional, se bem tenha correspondido a uma sensível diminuição do fluxo de renda para a Região, veio a fortalecer a incipiente burguesia comercial recifense na participação da renda interna. Isso ocorreu, segundo SINGER (1982), devido ao fato de que:

"A queda dos preços do açúcar aumenta a dependência dos senhores de engenho de Olinda em relação aos mascates do Recife. A burguesia comercial recifense, de origem portuguesa, enriqueceu à custa da nobreza rural. Estas vicissitudes nas relações entre a aristocracia rural e a burguesia comercial sempre se repetem quando a conjuntura do mercado se altera. Enquanto a demanda é elevada e os preços são altos, são os comerciantes que solicitam o produto, oferecendo pagamento adiantado e demais facilidades; quando a oferta supera a procura e os preços caem, a situação se inverte: agora são os fazendeiros, muitas vezes endividados, que procuram se desfazer do produto, ao passo que o comerciante impõe condições e alarga sua margem de lucro". (p. 276).

O fortalecimento de uma burguesia comercial faz com que a cidade ("porto") mantenha um ritmo de crescimento que lhe permita "não involuir" com a quebra na produção de açúcar a partir de 1670. Dada a possibilidade da diversificação do comércio, exportando outros produtos, como o algodão,

e importando bens de consumo para o suprimento da – exígua, porém existente – demanda interna, na época composta principalmente pelos criadores de gado – exportadores para o centro-sul minerador – a cidade consegue sobreviver à estagnação econômica sofrida pela região durante mais de um século (1650-1800). A base comercial, se bem que continuasse a depender, em grande escala, da produção açucareira – notadamente até final do século XVII – tornou possível uma maior diversificação do comércio.

Ainda de acordo com SINGER (1982), "(...) alguns mantimentos, principalmente carne-seca e gado em pé, foram enviados do Nordeste à zona de mineração. O pagamento em ouro dessas mercadorias permitia aos fazendeiros, criadores e donos de charqueados adquirir produtos importados. É possível que, nesse período, que deve corresponder à primeira metade do século XVIII, tenha aumentado a importância de Recife como centro de distribuição de artigos importados, ampliando-se sua função por uma área maior que antes, quando seu HINTERLAND se restringia às áreas açucareiras da Zona da Mata. Recife deve ter começado a assumir, nessa época, o seu papel de capital regional do Nordeste". (p. 278).

Dessa maneira, a cidade se reafirma, no século XIX, como o centro urbano mais importante do Nordeste Oriental, responsável pelo escoamento das exportações da Região, bem como pelo suprimento de bens importados.

Do ponto de vista da evolução populacional, o Recife passa de um contingente de, aproximadamente, 8.000 pessoas, quando da expulsão dos holandeses (1654), para 25.000 habitantes, em 1809. Esse crescimento, de pouco mais de 0,7% ao ano durante um século e meio, representa uma taxa significativa quando se leva em consideração a perpetuação da estagnação econômica da região durante todo o período.

3. O SÉCULO XIX E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Nunca é demais lembrar a importância da atividade comercial ligada à exportação e à importação na formação e no crescimento do Recife. Entretanto, com uma nova etapa do capitalismo comercial, inaugurada no século XIX, quando o livre-cambismo substitui o monopólio na forma da extração de excedente e a Inglaterra assume, de fato, o comando das ações no mercado internacional, o papel das cidades portuárias das áreas periféricas ganha novos contornos. No Brasil este período é inaugurado quando, em 1808, D. João VI ordena a "abertura dos portos brasileiros às nações amigas", quebrando oficialmente o monopólio colonial.

É o início da Revolução Industrial. A Europa atravessava um período de profundas transformações, consubstanciadas, no plano econômico, pelo aumento do mercado consumidor interno, decorrente da crescente concentração urbano-industrial.³ Segundo SINGER (1982):

"resultou daí maior diversificação do consumo (...) com demanda crescente por artigos exóticos, como chá, fumo, café, cacau e açúcar" (p. 286).

Por outro lado, com o advento das inovações tecnológicas, a produção manufatureira européia, principalmente a inglesa, atinge um ritmo de crescimento tal, que surge a necessidade de escoamento de parte da produção não consumida internamente. Torna-se, assim, imperioso o estímulo à formação de mercados consumidores nas antigas colônias. Nesse sentido, a queda do rígido monopólio comercial-extrativista permite que o comércio privado se desenvolva rapidamente na gestão do escoamento da produção local. Isso implica que uma parcela do excedente advindo da exportação seja retido na região (mais especificamente no centro urbano portuário), nas mãos da burguesia comercial, em forma de margem de lucros. Essa renda internalizada, juntamente com os rendimentos auferidos pelos produtores coloniais, é a condição necessária ao aparecimento do mercado interno consumidor de bens, nos moldes requeridos pelo capitalismo internacional em início de industrialização.

Essa nova etapa na história econômica mundial reflete-se sobre o Recife, de início, pela retomada da atividade de exportação, propiciada pelas condições favoráveis do mercado internacional para o açúcar e o algodão, os principais produtos da Região. Como afirma SINGER (1982):

“No fim do século XVIII e começos do século XIX, a ordem de importância das cidades portuárias brasileiras, é a seguinte: Rio, Salvador, Recife e São Luís, porém Recife alcançou o 1º lugar em 1805, 1815, 1818, 1819 (...)” (p. 282).

Porém, ao contrário de épocas anteriores, a forte concorrência internacional com relação ao açúcar e ao algodão tornou-se evidente já no primeiro quartel do século XIX. O desenvolvimento da produção européia de açúcar extraído da beterraba, a retomada da produção açucareira antilhana e a reorganização, inclusive em nível de produtividade superior, da economia algodoeira do Sul dos Estados Unidos, após a Guerra da Independência, acirram a competição internacional para esses produtos.

Tornava-se, portanto, imprescindível a melhoria dos processos produtivos com vistas à redução dos custos desses produtos. De fato, como afirma WANDERLEY (1979):

“(...) o controle que progressivamente os comerciantes passaram a exercer sobre a atividade produtiva tem como consequência um maior dinamismo dos novos proprietários” (p. 33).⁴

Esse fato contribuía positivamente na efetivação de melhorias no processo produtivo. Todavia, a modernização necessária à manutenção da produção interna em níveis competitivos internacionalmente, não vem a contento.

Até meados de 1850 são introduzidas apenas algumas modificações, sobretudo no caso da produção açucareira, as quais, no entanto, não transfor-

maram a base técnica da produção local.⁵ Durante esse período, fatores como a abundância de terras, a facilidade de aquisição e utilização da mão-de-obra escrava, a escassez de capital e a posição relativamente estável do açúcar local no mercado internacional são responsáveis pelo retardamento da difusão do processo industrial na produção canavieira.

A partir de 1850, a situação modifica-se. A abolição do tráfico negreiro traz o encarecimento da mão-de-obra escrava, aumentando dessa forma o custo da produção. De outro lado, o “viés tecnológico” proporciona uma perda acentuada da competitividade do açúcar da região no mercado internacional. A situação na época pode bem ser retratada nas palavras de WANDERLEY (1979):

“Com uma produção, em sua maior parte, realizada por primitivos engenhos que datavam do período colonial, o Brasil (e por decorrência o Nordeste) não tinha condições de manter sua participação no mercado mundial. Sua industrialização tornava-se imperativa”. (pp. 24-32, parênteses acrescentados).

Dessa forma, com base no subsídio governamental, no investimento privado nacional – onde ressaltamos o papel do capital comercial e financeiro do Recife – e principalmente do capital estrangeiro, a produção canavieira sofre, a partir da segunda metade do século XIX, uma efetiva modernização em níveis acelerados.⁶

Com relação ao algodão, a situação é diversa. A despeito da concorrência desigual norte-americana, a produção nordestina continuava a ser realizada através de uma base técnica bastante rudimentar. Durante o período da Guerra da Secessão Americana (1861 a 1865), a elevação dos preços do algodão propiciou um aumento nos lucros, sobretudo dos comerciantes exportadores.

O crescimento do comércio algodoeiro, por outro lado, vem inibir a iniciativa de industrialização no ramo, na medida em que a atividade comercial em si apresentava retornos mais atraentes para os investidores.

“Durante a Guerra da Secessão dos EUA (1861-65) os preços do algodão se elevaram bastante no mercado internacional, desestimulando iniciativas industriais. Os comerciantes se beneficiavam com o comércio exportador da matéria-prima e importador dos tecidos e, alegando os lucros com o comércio e a falta de mão-de-obra especializada, não tomavam iniciativas que modificassem o sistema” (ANDRADE, 1981, p. 33).

Com a retomada da produção americana e a diminuição da participação da produção nordestina nas importações inglesas, o volume das exportações de algodão da região – tanto em termos físicos como em termos monetários – sofre drástica redução. Dessa forma, alguns grupos comerciais ligados à ex-

portação algodoeira deslocam parte de seus capitais para a instalação de indústrias que atendessem, pelo menos parcialmente, a demanda para a produção local:

“O setor (industrial têxtil local) substituíra – para usar a expressão moderna – as importações de tecidos e panos para as populações escravas, além de abastecer o débil mercado urbano formado pelas classes não proprietárias” (OLIVEIRA, 1981, pp. 61-62, parênteses acrescentados).

E, como descreve ANDRADE (1981):

“Esse fato permitiu que houvesse um surto de indústria têxtil no Nordeste, levando para a indústria capitais que haviam sido liberados no comércio, provocando a formação e implantação de fábricas, geralmente nos centros portuários”. (p. 33).

Do ponto de vista da evolução urbana do Recife no século XIX, ressaltam-se, igualmente, duas fases: antes e após 1850.

Na primeira metade do século, a cidade cresceu paralelamente à atividade comercial. Por iniciativa do poder público e de particulares ligados ao comércio, implementaram-se importantes obras urbanas como a construção de pontes, estradas de acesso às povoações próximas – muitas das quais, algumas décadas mais tarde, foram incorporadas ao sítio urbano do Recife, como é o caso dos atuais bairros da Várzea, Apipucos, Casa Forte, entre outros – cemitérios, serviços de transporte coletivo, aterros, pavimentações, etc. É interessante notar que algumas das obras vieram contribuir para a melhoria do escoamento da produção açucareira vinda do interior, cujo transporte até então era realizado por via fluvial.⁷

Em 1860, o Recife já contava com aproximadamente 70.000 habitantes, o que, comparado com os 25.000 em 1809, monta a um crescimento populacional de cerca de 2,0% ao ano no período.⁸

Na segunda metade do século XIX, como decorrência das transformações no mercado internacional para os produtos do Nordeste, novos fatores influíram na evolução urbana da cidade. Em primeiro lugar, o aparecimento de alguns empreendimentos industriais inicialmente voltados para a complementação da produção de exportação. As primeiras indústrias de peso então instaladas no Recife foram no ramo de fundição – para atender às necessidades das unidades industriais açucareiras – e, no ramo de tecelagem, principalmente confecção de sacos para embalagem do açúcar exportado. Aos poucos foram surgindo indústrias que visavam a atender parte do mercado interno em crescimento, notadamente o urbano.

Sobre a composição do rol das indústrias instaladas no Recife durante a segunda metade do século XIX, SINGER (1982) descreve o seguinte:

“Conta a cidade com estabelecimentos para a satisfação de quase todas as necessidades de consumo: alimentos (fábricas de vinagre, chocolate,

azeite, macarrão), bebidas (fábricas de licores, vinhos, limonada, cerveja), roupas (fábricas de chapéus, camisas), utensílios (colchões, pianos, vassouras, caixas de papelão), de artigos de limpeza (fábricas de sabão), de meios de transporte (fábricas de carros de passeio, de carroças), sem contar as fábricas de charutos e fumo e de envernizar couros" (p. 305).

Outro fator importante para a vida da cidade foi a Abolição da Escravatura, em 1888. Tendo ocorrido paralelamente ao processo de modernização da produção agrícola – sobretudo a açucareira – a abolição vai significar um afluxo de parte do contingente de "ex-escravos" para o Recife.

A Abolição da Escravatura no Brasil, em realidade, foi a vestimenta institucional do processo de modernização, sobre bases capitalistas, da economia nacional no século passado; ambos, a modernização e a abolição, no entanto, deram-se, basicamente, pelas pressões políticas externas – notadamente inglesas – cujo interesse principal se resumiria na permanência – agora sob os "moldes" do capitalismo industrial – da dominação européia sobre os países periféricos. Nesse jogo de interesses, a perpetuação da produção interna sob a base escravista representava um entrave à manutenção daquela hierarquia, haja vista tanto a impossibilidade do crescimento dos mercados consumidores periféricos para os produtos industriais europeus decorrente da inibição à formação da renda interna característica das economias escravistas, quanto o reduzido custo da produção de base escrava, muitas vezes um fortíssimo concorrente de alguns ramos da produção européia ou de suas possessões.

Nesse período, o Recife passa a exercer sobre as regiões circunvizinhas (notadamente na Zona da Mata) o papel de pólo de atração de uma população sem recursos. Como descreve ANDRADE (1979):

"O crescimento da cidade intensificou-se após a Abolição da Escravatura, quando grande parte da população liberada abandonou as propriedades à procura de novas oportunidades de vida e de trabalho, e a facilidade de transportes intensificou a migração para o Recife. Daí o aumento considerável da construção de palafitas – os chamados mocambos – suspensas sobre os manguezais da cidade. Nessas habitações, construídas de restos de madeira, ramagens, de folhas de flandres etc., localizava-se toda uma população pobre e sem condições de obter uma habitação de melhor qualidade" (p. 93).

Assim, ao findar o século passado, a cidade consolidava-se não só como centro administrativo e cultural regional, mas também como centro financeiro,⁹ comercial e industrial da Região. O desenvolvimento do mercado consumidor urbano – decorrente da introdução de novos costumes e, principalmente, das mudanças nas relações de produção na Região – deu margem ao aparecimento de atividades industriais e comerciais, e, em última análise,

proporcionou maior autonomia da atividade econômica com relação ao porto.

O Recife virava o século na condição de metrópole regional em plena expansão, porém, caracterizada por uma crescente concentração de pobreza urbana decorrente das próprias transformações ocorridas no país e na região.

Em resumo, o fim do século XIX permite vislumbrar-se uma nova dinâmica de crescimento da cidade do Recife, baseada no aumento de seu mercado consumidor interno, fruto, em última análise, das transformações ocorridas nas economias centrais nesse período. O caráter funcional que permeava sua existência – a função portuária, o elo de ligação necessário ao escoamento da produção colonial – refluí com a Revolução Industrial. É a nova etapa do capitalismo, uma nova racionalidade que passa a imperar. A indústria tornara-se o setor dinâmico do capital e, sendo assim, a lógica da conquista (ou criação?) de novos mercados consumidores, a extração do excedente pela realização da produção (européia) nos mercados da Europa e Novo Mundo, e não mais a lógica da exploração colonial comercial, passara a nortear os interesses. O capital europeu não continuará privilegiando colônias de exploração, mas, sim, mercados para o escoamento de suas manufaturas.¹⁰

A cidade, como de resto toda a região Nordeste, ganha importância como mercado aberto aos produtos europeus, se bem que o novo quadro desse margem também ao aparecimento de empreendimentos industriais locais. O porto adquire maior importância com os negócios de importação e o Recife transforma-se rapidamente: crescendo e concentrando a renda interna, abrem-se perspectivas novas. O comércio, a indústria e os serviços ocupam novos espaços, influenciando de modo cada vez mais decisivo na vida da cidade.

Por outro lado, a pobreza chega para ficar. A cidade atrai e congrega a riqueza e a miséria: a desigualdade nordestina. O Recife, espelho do Nordeste, mostra no semblante as marcas da história da Região.

4. O SÉCULO XX

A virada do século traz novas transformações para a economia da região Nordeste. Primeiramente, há que se ressaltar que, já no século XX, com a perda da posição do açúcar e do algodão regionais no mercado internacional, as exportações nordestinas – notadamente no que tange aos dois produtos citados – passam a ter como destino os mercados do Centro-Sul (Rio e São Paulo), onde, pelo menos durante as duas primeiras décadas deste século, suprimam parte da demanda local.

Em 1901, 60% da produção brasileira de açúcar dirigiu-se à exportação. Nos anos seguintes, esse percentual sofre uma redução tal que, em 1904, apenas 4% da produção nacional foi exportada. Em termos numéricos, verificou-se uma queda das exportações de um patamar da ordem de 3.100 mil sacas para 130 mil sacas nesse período. O Nordeste, como principal produtor,

passou a exportar para os mercados do Centro-Sul. Com relação ao algodão, já por volta de 1865, o grosso das exportações nordestinas destinava-se ao sul do país.

Sobre o redirecionamento das exportações de açúcar e algodão nordestinos da Europa para o Centro-Sul, escreve SINGER (1982):

“De um lado, a economia nordestina parece ter lucrado, pois passou a contar com um mercado certo, já que as barreiras alfandegárias excluam competidores externos. Por outro lado ficava reservado, aparentemente, ao Nordeste, o mesmo papel que lhe coubera na divisão internacional do trabalho: o de fornecedor de alimentos e matérias-primas. Com o agravante porém de estar restrito a um mercado muito menos dinâmico que o internacional” (pp. 313-314).

Mas a situação da região Nordeste em relação à nova divisão regional do trabalho não se sustentaria por muito tempo. Ainda nas primeiras décadas do século, a produção açucareira e algodoeira do Centro-Sul, realizada sob mais alto nível de produtividade e menores custos de transporte, começa a tomar parcela crescente dos mercados do Rio e São Paulo, antes detidos pela produção nordestina.

Segundo COHN (1978):

“Durante as quatro primeiras décadas deste século (...) a economia nordestina sofre dois grandes golpes. O primeiro deles, quando, a partir de 1918, devido a uma violenta geada, o Sul passa a diversificar sua produção agrícola, lançando-se à produção de cana e algodão; e o segundo, bem mais grave, quando, devido à crise de 29 e às medidas protecionistas governamentais suscitadas por ela, há uma grande transferência de capital intra-setorial no Sul, do café para o algodão. Nesse período, portanto, o Nordeste, ao contrário do Centro-Sul, sofre as repercussões na sua economia tanto da crise externa, quanto aquelas oriundas da reação do Centro-Sul a essa crise” (p. 24).

Entretanto, essas transformações verificadas no mercado nacional vêm prejudicar principalmente a produção agrícola da região, haja vista tratar-se de uma perda do mercado de matérias-primas. Isso vai implicar uma estagnação da agricultura, com aumento sensível da área de cultivo de subsistência, em detrimento das tradicionais culturas de exportação.¹¹

Contudo, um outro “revés” sofrido pela Região, no plano econômico, diz respeito à atividade industrial.

Em realidade, o surto de industrialização nordestino – principalmente o recifense – pela própria forma com que se deu, trouxe consigo, desde o início, as raízes de sua posterior atrofia. Primeiramente, por se haver realizado a partir de uma exacerbada concentração de renda, foi limitado por esta devido ao reduzido tamanho de seu mercado regional. É importante lembrar que, até

o início deste século, os mercados regionais permaneciam estânques, cabendo a "responsabilidade" de seu "suprimento" às indústrias locais e à produção importada dos países centrais. Em segundo lugar, por ter tido como base financeira o capital açucareiro e algodoeiro. A perda do dinamismo das exportações de açúcar e algodão em razão das vicissitudes dos mercados mundial e nacional inviabilizaram um crescimento mais efetivo para os empreendimentos industriais.

A despeito do relativo dinamismo das atividades comerciais e industriais na Região haja vista a diversificação na produção industrial do Recife principalmente no século XIX, o crescimento da produção industrial do Centro-Sul – potencializado, de um lado, pelo maior mercado local, e, de outro, por um maior afluxo de capitais advindos sobretudo das exportações do café – selou, por fim, o destino da indústria nordestina a partir do segundo quartel do século atual.

Por essa época, a economia nacional entrava efetivamente em processo de integração dos mercados regionais. O desenvolvimento dos meios de transportes e demais facilidades de comunicação inter-regional, notadamente após a Revolução de 30, permitiu que a indústria do Centro-Sul lograsse concorrer, dentro do próprio Nordeste, com a indústria local. Em pouco tempo, o mercado nordestino viu-se "invadido" pela produção industrial do eixo Rio-São Paulo, tendo como contrapartida imediata a "quebra" de uma parcela significativa do parque manufatureiro regional.

A situação econômica do Nordeste, em que pese alguns esforços federais consolidados em políticas de apoio à Região (veja-se a criação do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, e da IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, em 1909), agravou-se continuamente até o início dos anos 60. Sobre o assunto, FÁRIA (1981) acrescenta:

"(...) entre 1920 e 1950, foi escasso o dinamismo industrial do Nordeste, cuja participação no valor da produção industrial do país caíra de 16% para 9,2%. Recife, portanto, não pode se beneficiar de uma expansão industrial vigorosa, e o crescimento de sua economia urbana, no período, deveu-se quase que exclusivamente ao aumento de suas funções comerciais e de serviços, também relativamente pouco dinâmicas" (p. 78).

Na verdade, ao se comparar a composição da economia urbana recifense, em termos de estrutura ocupacional, com a situação do Rio e de São Paulo, os dois mais importantes centros urbanos do país, pode-se perceber a menor abrangência do comércio e da indústria do Recife no tocante à oferta de emprego (ver tabela I). Os dados dessa tabela dizem respeito somente às atividades comerciais e industriais pertencentes ao chamado "setor formal" ou "setor de mercado".¹²

TABELA I
% DA POPULAÇÃO TOTAL POR SETOR DE OCUPAÇÃO EM 1950

CAPITAL	% PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA	% PESSOAL OCUPADO NO COMÉRCIO*	TOTAL
RECIFE	6,0	3,2	9,2
DIST. FEDERAL (RIO)	8,5	4,5	13,0
SÃO PAULO	13,6	4,0	17,6

Fonte: Censos Comercial e Industrial de 1950 in SINGER op. cit. p. 344.

* O pessoal ocupado no comércio refere-se ao comércio de mercadorias por atacado, varejo e misto, não sendo computado o comércio ambulante.

Enquanto que no Rio e em São Paulo esses dois setores empregam respectivamente 13,0% e 17,6%, na capital pernambucana, o contingente empregado representa tão-somente 9,2% da população total. Isso significa um maior número de pessoas à margem do setor de mercado nessa cidade.

Mais do que em qualquer outro grande centro urbano, as ruas do Recife, desde o século passado, “povoaram-se” de ambulantes, mascates, doceiros, pessoas disponíveis para qualquer serviço (atualmente chamados de biscateiros), além de mestres-artesãos, prestadoras de serviços de reparação, assim como de mendigos, delinquentes e prostitutas; um crescente “exército”, que, desenvolvendo suas atividades fora do setor de mercado, encontrava, no exercício destas, sua sobrevivência. Um universo tão bem retratado por Manuel Bandeira em sua “Evocação do Recife”:

“Capibaribe

Rua da União, onde todas as tardes passava a preta das bananas com o xale vistoso de pano-da-costa.

E o vendedor de roletes de cana

O de amendoim, que se chamava mindubim e não era torrado, era cozido

Me lembro de todos os pregões:

Ovos frescos e baratos

Dez ovos por uma pataca

Foi há muito tempo...”

Resultado da combinação do aumento do fluxo migratório com o reduzido crescimento do setor de mercado na cidade,¹³ o grosso dessa população mais pobre instalou-se em mocambos (ou favelas) sobre os manguezais existentes em grande parte da planície deltaica recifense. Em 1960, segundo estimativas de SINGER (1982), mais da metade da população do Recife era habitante de mocambos.

O crescimento urbano da cidade verificado neste século,¹⁴ fez com que, aos poucos, essas áreas alagadas fossem sendo incorporadas, depois de aterradas, ao conjunto de bairros residenciais das classes média e alta. Assim, a população desses mocambos, que podia retirar parte de sua alimentação do próprio manguê,¹⁵ foi em grande parte expulsa para os morros que circundam a cidade. Como escrevem PERRUCCI e BERNARDES (1979):

"A planície, hoje, pertence à burguesia. Alguns morros e praias, recuperados, à alta burguesia, os espigões, à classe média" (p. 32).

A ocupação espacial do Recife, portanto, transformou-se em virtude do crescimento urbano, adquirindo sua forma atual. Os bairros de Boa Viagem e Ilha do Leite, por exemplo, constituíram-se a partir da "anexação" de áreas alagadas – antigo reduto de grandes concentrações de mocambos – ao patrimônio imobiliário das classes média e alta. Ao mesmo tempo, começaram a aparecer as favelas nos morros: os chamados "altos", sobretudo nas áreas entre os rios Capibaribe e Beberibe.¹⁶

O grau de impacto da migração no incremento populacional da cidade, até 1960, pode ser aquilutado pelas conclusões de SINGER (1982), tomando como exemplo o fluxo migratório da década de 40. Segundo esse autor:

"De cada quatro novos habitantes ganhos (...) pela capital pernambucana, 1 pode ser atribuído ao aumento vegetativo e 3 à migração" (p. 335).

Em termos numéricos, isso significou um afluxo de migrantes da ordem de 130.000 pessoas, só naquela década. Não existem indícios de que o processo migratório tenha se reduzido nas décadas posteriores.

O crescimento total da população do Recife, entre 1900 e 1960, é apresentado na tabela II.

TABELA II
RECIFE
EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE 1900 A 1960

ANO	1900	1920	1940	1950	1960
População	115.000	238.843	348.424	524.682	788.336

Fonte: Censos Demográficos/IBGE.

Pelos dados da tabela acima, observa-se que a cidade nesse período, teve mais que sextuplicada a sua população. Esse crescimento exacerbado, combinado com o processo de estagnação econômica experimentada por essa capital, como de resto por toda a Região, potencializou a concentração da miséria urbana e de todos os problemas dela decorrentes. As atividades "informais" de comércio e prestação de serviços proliferaram como estratégia de sobrevivência para grande parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda sua existência, o Recife, principal centro urbano do Nordeste, sempre teve o grosso de sua atividade econômica associada ao chamado Setor Terciário. O comércio e os serviços, de uma maneira geral, merecem destaque na absorção da mão-de-obra recifense, nas diversas fases da história da metrópole.

É assim, pois, que, de entreposto comercial até o Século XVIII, a cidade ganha maior diversificação econômica no século seguinte, com o advento de empreendimentos industriais e financeiros. Entretanto, mesmo nessa época, o comércio e os serviços destacavam-se como absorvedores da força de trabalho, situação que se consolida no século atual em face da maior inserção da Região ao mercado nacional, fator de desintegração de grande parte do parque industrial local.

Igualmente importante para o entendimento do processo de formação e consolidação do mercado de trabalho do Recife, é o fato de que a referida metrópole se apresenta como principal pólo de atração de uma região extremamente pauperizada, cuja concentração da renda, atinge níveis os mais perversos. Desse modo, o fenômeno da migração desde já muito permeia a história da cidade. O mercado de trabalho do Recife nunca foi capaz de absorver, de forma plena, a grande massa de trabalhadores em busca de emprego. Daí a existência, em alto e crescente grau, do desemprego, do subemprego, enfim das precárias condições de trabalho que caracterizam grande parte do exercício da atividade econômica local. Isso implica, por outro lado, a reafirmação das condições de pobreza que acerbam a maioria da população da capital pernambucana.

Esse seria, em linhas gerais, o perfil do mercado de trabalho do Recife às portas de um novo período da história da Região Nordeste consubstanciada na criação da SUDENE, na virada da década de 50. Essa etapa traria uma modernização sem precedentes à estrutura produtiva da Região e, em consequência, à sua principal metrópole.

NOTAS

1. Podem ser destacados, dentre vários, os seguintes trabalhos: **Elegia para uma Região**, de Francisco de Oliveira; **O Nordeste Brasileiro**, de Raimundo Moreira; **Emprego no Nordeste: 1950-1980**, de Jorge Jatobá (organizador) e **Crise Regional e Planejamento**, de Amélia Cohn.
2. Segundo FURTADO (1970), "(...) e Indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada dois anos", pp. 45-46.
3. Ver DOBB (1977), cap. VII.
4. Sobre o assunto ver também EICHENBERG (1977), pp. 41-49.
5. "Até 1850, a evolução da produção açucareira se orientou em duas direções complementares: o crescimento extensivo da produção e as primeiras tentativas de inovação tecnológica, no interior das fábricas tradicionais (antigos engenhos coloniais)". WANDERLEY (1979), p. 32, parênteses acrescentado. Ver também PERUCCI (1978), pp. 113-115 e ANDRADE (1981), pp. 24-32.

6. Na verdade, as transformações da estrutura produtiva canavieira durante a segunda metade do século XIX, foram marcadas por algumas descontinuidades, fracassos e reorientações, desde a tentativa de implementação dos Engenhos Centrais até a instalação das grandes usinas no fim do século. Para maior aprofundamento, ver WANDERLEY (1979), pp. 30-63; EICHENBERG (1977), pp. 111-142; ANDRADE (1981), pp. 24-32; PERUCCI (1978), pp. 23-62.
7. Sobre o assunto ver ANDRADE (1979), pp. 85-94.
8. SINGER (1982), com base nas projeções de Scully para o Recife e Olinda, p. 301.
9. "Em 1885, há somente dois bancos em Recife e todos os dois são ingleses: London and River Plate Bank Ltd (...) e London and Brazilian Bank Ltd (...). Entretanto doze anos depois, àqueles se juntaram mais quatro bancos com capitais brasileiros: Banco Popular, Banco de Crédito Real de Pernambuco, Banco de Pernambuco e o Banco Emissor de Pernambuco". PERUCCI (1978), p. 147, nota 125.
10. SIMONSEN (1977), referindo-se ao período subsequente à Abertura dos Portos Brasileiros, em 1808, escreve o seguinte: "Não exportou (...) o Brasil produtos em quantidades suficientes para pagar o que importava da Inglaterra. Como resultado, a balança comercial tornou-se deficitária (...)" E enfatizando a nova tendência ao acúmulo de déficits comerciais, que se fará presente a partir desse momento, o autor continua, afirmando: "Muito mais do que possíveis desmandos governamentais, iam influir doravante, na política monetária brasileira, os déficits de sua balança comercial" (p. 397).
11. Ver FARIA (1981), pp. 43-81.
12. A discussão sobre o tratamento teórico da dicotomia "formal/Informal" (ou "setor de mercado/setor autônomo") não será objeto de apreciação do presente trabalho. Dessa forma, e a despeito das considerações teóricas mais precisas, "estará se tomando como pertencentes ao setor informal (ou autônomo) as atividades urbanas (...) de precário nível de produtividade que poderiam ser (...) substituídas, com vantagem por empresas capitalistas (...)". É o caso das unidades de comércio varejista (ambulantes, quiosques), unidades de prestação de serviço (bares, oficinas de reparação, jardineiros, engraxates, carregadores, táxis), artesãos e indústrias domésticas (costureiras, alfaiates, ceramistas, processamento de fumo, padarias), lúmpen (mendigos, prostitutas, delinqüentes).
13. "Em termos reais, a Renda per capita do Estado (Pernambuco) manteve-se estacionária entre 1947 e 1955, elevando de cerca de 20% entre 1955 e 1960. Face a tais valores, não resta dúvida que a economia urbana do Recife dificilmente pode ter se expandido a ponto de absorver o potente fluxo migratório que veio ter à cidade nas últimas décadas". (SINGER (1982), p. 342.
14. Durante o período 1920/1940 o Recife experimentou um aumento acentuado em termos de área construída. Segundo PERUCCI e BERNARDES, "Qualquer observador atento, que se der ao trabalho de percorrer as ruas da cidade, notadamente nas áreas residenciais não inteiramente afetadas pela construção dos atuais prédios de apartamentos, verificará, pelo estilo das construções e, muitas vezes, pelas datas nelas estampadas, que a grande maioria foi construída nos períodos em foco (1920/1940). Acrescentando-se que durante o Estado Novo, houve intensa atividade estatal - tanto ao nível da Prefeitura do Recife, quanto ao Governo do Estado - na abertura de novas vias, de alargamento de algumas já existentes, de construção de parques, praças, vilas populares, etc." PERUCCI, G. e BERNARDES, D. (1979), p. 37.
15. "Essa população pobre, tendo dificuldade de obter trabalho e, conseqüentemente, alimentos, passou a utilizar os manguezais como fonte de suprimento, dando origem à civilização chamada pelo geógrafo Josué de Castro, de ciclo do caranguejo, porque sendo este crustáceo abundante nos manguezais, era pescado pelos habitantes dos mocambos, que o utilizavam como alimento; posteriormente, esses habitantes faziam seus dejetos no rio e esses seriam

utilizados pelos crustáceos para sua alimentação. Havia assim uma associação homem-rio-caranguejo, que permitia a manutenção de uma grande massa populacional (...)" ANDRADE (1979), p. 93-94.

16. A respeito ver MELO (1978), p. 74.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Recife: Problemática de uma Metrópole de Região Subdesenvolvida**. Recife: Editora Universitária, 1979.
- . **Estado, Capital e Industrialização no Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.
- FARIA, Vilmar E. "Recife: Dinâmica Populacional e Urbanização, 1850-1950", **Estudos de População** nº 7, São Paulo: CEBRAP, 1981, pp. 43-81.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- . **Análise do Modelo Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl. **O Capital**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MELO, Mário L. **Metropolização e Subdesenvolvimento**. Recife: UFPE, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. **O Brasil em Perspectiva**. 8. ed. São Paulo: Difel, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(II)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- . **A Economia da Dependência Imperfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PERUCCI, Gadiel. **A República das Usinas: Um estudo de História Social e Econômica do Nordeste, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PERUCCI, Gadiel e BERNARDES, Denys. **Recife: O Caranguejo e o Viaduto**. Recife, mimeo, 1979.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1982.